



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
História, Sociedade E Cultura

Vânia Santana Brito

Miss Pérola Negra:
Ressignificando a Estéticas.

São Paulo- SP
Janeiro, 2018



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
História, Sociedade E Cultura

Miss Pérola Negra:
Ressignificando a Estéticas.

Vânia Santana Brito
RA:00175519

Projeto de pesquisa apresentado à
Pontifícia Universidade Católica – PUC

Disciplina: Orientação de TCC, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em História Sociedade e
Cultura.

Sob a Orientação do Prof. Dr Amailton
Magno Azevedo

São Paulo- SP
Janeiro, 2018

Apresentação

“ - Professora ano passado aprendi tudo sobre Jundiaí. Jundiaí é conhecido como Terra da Uva, porque os italianos plantaram uva e ajudaram aqui crescer. Eles também trabalhavam nas indústrias de tecido, como era mesmo? Indústrias de Textos... ops! Têxteis...Meu Sobrenome, é Italiano, gosto muito dessa cidade”
(Rafaela, 9 anos)

“Tem partes que eu gosto, mas tem coisas que não gosto de Jundiaí. Ah Prô eu não sei muito sobre os tempos antigos, mas sei meus bisavôs moravam perto da estação, meu pai fala que eles também trabalhavam nos trens, mas quando vou na estação só tem fotos dos tais italianos que plantavam uva, ninguém se parece com minha família. Aliás só as empregadas das mulheres com aqueles chapelões”¹
(Maria, 8 anos)

A divergência presente nas duas falas desperta diferentes questionamentos. Entre estas questões: quais são as visões sobre a cidade estão sendo trabalhadas dentro das salas de aula? Por quanto tempo algumas narrativas vão ser tomadas como únicas em detrimentos de outras? Como a escolha dessas narrativas formam as identidades de um grupo/cidade, de forma unificada? Quem são as personagens exaltadas e as esquecidas? É possível resistir? E resistindo quais são os mecanismos para que isso aconteça?

Muito embora, a Historiografia Brasileira problematize, sobretudo recentemente, estudos sobre os negros brasileiros, é notória a dificuldade de se encontrar materiais que evidenciem as produções, lutas e organização política que colaborem para a investigação de como se deu a construção das identidades das populações negras no pós escravidão até a atualidade.

Com a fundação datada de 1655, localizada a 60 km da capital paulista e pertencente ao circuito das frutas, a cidade de Jundiaí é conhecida como a Terra da Uva, fazendo alusão às plantações iniciadas com a chegada dos imigrantes europeus nas

¹ Falas retiradas de anotações de uma roda de conversas de uma aula de História de uma turma de 3ºano de uma escola da rede municipal de Jundiaí. Esta prática bastante recorrente nos anos iniciais do ensino fundamental, aconteceu como seguimento de duas outras atividades: um auto retrato, e um esboço de sua árvore genealógica no qual as crianças deveriam fazer com os pais.

últimas décadas do século XIX e início do século XX. No entanto, a construção da cidade e de suas características se iniciou séculos antes da chegada dos Italianos, com a presença de incursões dos Bandeirantes e de povos Indígenas². A presença destes, pouco lembrada, reverbera a principal característica econômica da cidade, a capacidade logística, pois a entrada e saída de mercadorias para o interior esteve relacionada ao bandeirantismo. O que abre espaço para questionar a exclusividade italiana na memória da cidade.

Até o século XVIII, o transporte de mercadorias contou quase que exclusivamente com a mão de obra de indígenas, que eram conhecidos como “negros da terra”, pois a mão de obra de escravizados de origem africana foi tardia, já que a região de São Paulo não era abastada em recursos financeiros (MORALES e MOI 2008). Situação que passa a mudar com o cultivo de gêneros alimentícios. Como foram os casos da produção de cana de açúcar e, mais tardiamente, a do café, que trouxeram para a região mão de obra proveniente da escravidão de negros/os africanos e seus descendentes, que gradativamente substituiu a força de trabalho indígena, praticamente, já extinta pela violência do bandeirantismo.

Segundo Morales e Moi (2008) o número de negros africanos, que foram escravizados, cresceu exponencialmente no século XVIII, para o trabalho nas lavouras da Província de São Paulo, mais especificamente para a região de Jundiá³.

Contudo, a promulgação de leis de combate ao trabalho escravo, em decorrência do fortalecimento dos ideais abolicionistas decorrentes das novas formulações do mercado internacional, abriu espaço para a imigração europeia para esta região, em sua maioria de Italianos.

Mas como “*nem tudo era italiano*”, negros, indígenas, caboclos e seus descendentes também foram responsáveis pela construção da cidade, não apenas com a força de trabalho, mas também com tradições, lutas e resistências. Como exemplo, pode

2

³ Os livros de óbitos e casamentos de escravos da “Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy” são documentos onde se registraram todos os óbitos de escravos ocorridos na vila entre os anos de 1744 e 1787 e todos os casamentos realizados entre 1739 e 1777, respectivamente. É notável que esses dois documentos tragam informações que se complementam e permitiram-nos perceber que em meados da década de 1760 os negros e seus descendentes passam a ocupar o lugar dos indígenas e seus descendentes como mão-de-obra escrava. MORALES; MOI, Flavia Prado. Índios e Africanos no interior paulista: um estudo sobre a transição do cativo indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiá, SP, no século XVIII. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 18, p. 118, 2008.

ser citado a fundação do Clube Negro Beneficente 28 de Setembro, no ano de 1885, que se deu por meio da organização da população negra da cidade, formada majoritariamente por libertos, e ex escravos, que trabalhavam na Cia Paulista de Estradas de Ferro, criada em 1872. Pois:

[...] as promulgações das legislações contra o sistema escravocrata não reduziram, em momento algum, antes ou depois da lei de abolição, a luta contra o trabalho escravo e a inserção digna do negro na sociedade. Em Jundiaí, tanto no período colonial quanto no imperial, existiram quilombos que mantiveram o enfrentamento contra a escravidão. Após a promulgação da Lei da Abolição, a luta dos movimentos negros na cidade continuou e continua, exemplificada pela fundação do Clube Beneficente Cultural e Recreativo Jundiaense em 28 de setembro de 1897, da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de outras ações de resistência cultural do movimento negro na cidade. (CAMOLEZE, 2017 p. 56)

Entretanto, poucos são os estudos que contemplem as narrativas da população negra da cidade, em outras palavras, a história oficial negligenciou conflitos entre brancos, índios e negros. Priorizando:

[...]uma narrativa mais epopeica que, linearmente, começava com a saga dos bandeirantes nos primeiros anos do século XVII e se consagrava com a saga dos imigrantes italianos “laboriosos” e das ferrovias, marcas dos desenvolvimentos industrial, urbano e social do município. (SALVADORI, 2013p. 97)

Omitir esses conflitos foi e continua sendo uma estratégia para consolidar e perpetuar discursos que naturalizaram a hierarquização de raças, que mediarão a construção do imaginário paulista e nacional. Discursos eugênicos objetivaram a mutilação dos elementos que constituíam as múltiplas identidades provenientes dos povos Africanos que atravessaram o atlântico.

No entanto como propõe Foucault (1979), ainda que discursos hegemônicos indiquem a incidência do poder unidirecional, dentro das relações o poder atua de forma difusa e sempre existem formas de resistência.

Como descrito anteriormente, a criação do Clube Beneficente 28 de Setembro, com sede localizada, desde 1948, na rua Petronilha Antunes, no centro de Jundiaí, foi

tombado como patrimônio imaterial da cidade, com a Lei Complementar Municipal nº 443, de 17 de agosto de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 564, de 18 de setembro de 2015. Sua criação teve caráter beneficente, e desempenhou função social e político, assim como difusor cultural (SALVADORI, 2013), apresentando-se como um espaço promissor para pesquisas sobre as/os negras/os na cidade de Jundiá.

Mesmo diante de oscilações em relação às suas estratégias de resistência, em consonância com o desenvolvimento do Movimento Negro no Brasil, o Clube 28 e seus responsáveis buscaram através de atividades culturais resgatar memórias que resgatassem elementos das diversas culturas africanas. Essas atividades culturais, apresentam um elemento em comum, a corporeidade, uma vez que “O povo da diáspora negra vale-se do corpo, usando-o muitas vezes como se fosse, e muitas vezes foi seu único capital cultural” (HALL, In SOVICK, 2003 p. 324)

O movimento negro no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970, passou a acompanhar o slogan “Black is Beautiful” para enfrentar práticas racistas através da imagem positiva do negro. No que se refere ao Clube 28, uma dessas práticas afirmativas, é a organização do Concurso Miss Pérola Negra, a data de sua primeira edição permanece como uma incógnita. Segundo uma de suas organizadoras, Rose Nascimento⁴ e Jorge Reis⁵, teve suas primeiras edições no ano de 1998, e apresentou 16 edições, sendo organizada pelo grupo Zama e pela diretoria do clube. Segundo Jorge Reis o concurso apresenta a seguinte configuração:

“A idade para inscritas era de 16 à 24. Os requisitos eram beleza, elegância, simpatia, desenvoltura, silhuetas e comunicação, anos depois fomos aperfeiçoando e as questões de escolaridade também passaram a valer como quesitos, porém acredito que muitas das eleitas conquistavam os Jurados na comunicação, quesito iguais a todos, todas as candidatas recebiam aulas e orientações para seu melhor desempenho” (comunicação verbal)⁶

⁴ Rose Nascimento: organizadora do concurso Miss Pérola Negra, nas décadas de 1990 e 2010.

⁵ Jorge Reis Tarcísio, Presidente Fundador do Grupo Zama, ativista do movimento negro, defensor das políticas públicas para promoção da igualdade racial, da cidadania e dos direitos humanos.

⁶ Entrevista cedida em Janeiro de 2018

Ressignificar a estética corporal “não exatamente a clássica teoria do belo ou o esteticismo difuso da sociedade de massa contemporânea, mas a estesia, entendida como receptividade sensorial e emocional comum de um grupo “ (Sodré, 2015: p.245), é uma das estratégias para opor-se aos discursos hegemônicos que transformaram o corpo negro, sobretudo o da mulher negra, como indesejável e estereotipado. De tal modo a pretensão desta pesquisa é engendrar os efeitos da participação e organização do Concurso de Beleza Negra, nos anos de 1998 à 2015, enquanto ação afirmativa, no que tange a ressignificação de padrões estéticos, dentro de narrativas de mulheres negras na Cidade de Jundiá.

Objetivos

Refletir sobre a ressignificação dos padrões estéticos corporais, como práticas afirmativas para mulheres negras, surge como tema central desta pesquisa através dos questionamentos e das lacunas que emergem do cotidiano docente. Diante da falta de textos acadêmicos que interrompam estas inquietações, no que se refere a História local, e diante da compreensão do que Djamila Ribeiro⁷ denomina como lugar de fala, esta pesquisa se propõe a compreender, através de entrevistas, como se dá a construção da identidade de mulheres negras que relatem suas experiências em relação a cidade e ao próprio corpo, muitas vezes silenciadas.

A partir da premissa de se respeitar as entrevistas enquanto relatos autobiográficos das protagonistas deste trabalho, arquitetar uma síntese que contemple e não as homogeneize diante de suas individualidades, mas que investigue pontos de convergência entre as experiências das entrevistadas, provoca uma segunda preocupação, que questiona como a construção do imaginário nacional e municipal incidiu sobre as experiências identitárias das Mulheres Negras Jundiáense.

Com este panorama traçado, o objetivo principal passa a ser relacionar essas experiências à práticas afirmativas em relação a valorização do corpo negro, priorizando, como objeto de estudo, o concurso Miss Pérola Negra, e como este tipo de proposta

⁷ Enquanto pesquisadora que se encontra no limiar da construção identitária já que não tão branca (por não se enquadrar nos padrões de branquitude), e não tão negra (por ser cercada de privilégios garantidos pela pele clara) é importante compreender que falar sobre a identidade da mulher negra, deve acontecer em consonância com suas experiências, respeitando o local social que estas pertencem e suas narrativas. Com a intenção de não reproduzir discursos do ponto de vista branco colonizador. Debate sobre "O que é lugar de fala?", com Djamila Ribeiro, realizado no dia 16 de novembro de 2017. Disponível em: << https://www.youtube.com/watch?v=IcyFgc_DmxY>> acesso em

colabora ou não para o auto reconhecimento, o fortalecimento e posituação das Identidades Negras.

Justificativa

Segundo Silva (2000), a construção das Identidades acontece dentro de uma relação de alteridade entre o *Eu* e o *Outro*, estabelecendo que a Identidade só se estabelece na presença do diferente. Essa relação entre Identidade e Diferença “são representações construídas historicamente e reconhecidas por sistemas culturais compartilhados, não sendo unificadas, é um processo variável e de poder “(QUADRADO, 2015, p.1)

Para Silva (2000) Identidade e Diferença se constituem a partir dos discursos simbólicos presente nas relações de Poder, pois os discursos pautados no poder produzem a realidade. De modo, que essa relação não se dá de forma equivalente, mas se encontra ancorada em julgamentos de valor, segundo as hegemonias instituídas pelo/no espaço/tempo. Segundo este autor (2000, p.3):

O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação - ou seja, identidade e diferença - aí está presente o poder. (2000, p.3)

Rotineiramente as narrativas a serem conservadas se dão por escolhas ou omissões políticas e econômicas. A cidade de Jundiaí teve sua memória podada em vários momentos; retomando a idéia de que a memória coletiva que prevaleceu no imaginário da população, das mais diferentes formas discursivas, esteve em consonância com o imaginário paulista, que encontrou no imigrante italiano um representante de sua identidade. Desse modo, aqueles que não fazem parte desse grupo privilegiado, não se encontram nesta história, assim como não encontram espelhos para se auto reconhecer em outras identidades. A construção deste imaginário com uma identidade privilegiada, que permanece até a atualidade, pode ser constatada no **censo** de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que apenas 22,4% da população Jundiaense se autodeclara como negra, considerando pardos e pretos⁸.

⁸ Censo de 2010 disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai>>>

Ainda na escola, a seleção dos conteúdos e narrativas determinam quais serão as identidades consolidadas. Como outrora destacado, os Historiadores e pesquisadores de uma forma geral, não estiveram preocupados em escrever a história das/os negras/os em Jundiáí, o que se confirma nas salas de aula, por décadas, o colono italiano foi o personagem principal ou único desta história.

“ Ser mulher negra de Jundiáí, é ser mulher que pouco conhece sua história, sua ancestralidade...numa cidade que muito valoriza o antepassado branco italiano e que se esqueceu que antes dos italianos chegarem essa cidade era habitada por negros que já estavam nas lavouras que também trabalhavam nas ferrovias . Jundiáí tem um passado negro...o clube 28 é um dos clubes mais antigos do país ... e poucos o conhecem...Aqui os negros não são negros...são moreninhos... Dizem que minhas filhas, são brancas e perguntam se são netas de italianos, mesmo com traços negros, a cor da pele, não a deixam conhecer sua ancestralidade...

Festa Italiana, comida italiana é o que sabemos da nossa história. Os salões de beleza, sempre querendo nos alisar.” (Myrella, 37 anos, Professora) (comunicação pessoal)⁹

Diante desta fala é possível notar como a negação da população negra na “história oficial” da cidade, gera um não lugar na construção da identidade individual. Segundo Morales:

“A história a ser ensinada, proposta por Anna Luiza Cravinhos Mesquita de Oliveira¹⁰, afirma que, antes dos fundadores, os índios moravam aqui e que depois vieram os “negros escravos”, usando assim uma expressão que tende a naturalizar a relação entre pertencimento étnico e condição social. Não há menções à escravização anterior dos Tupi-Guarani, que constituíram a base da mão de obra usada na agricultura local até as últimas décadas do século XVIII – em particular no cultivo da cana-de-açúcar e na produção de aguardente –, nem à escravização dos africanos, que passam a chegar em grande número

⁹ Entrevista concedida através de comunicação escrita via e-mail, por Myrella em Dezembro de 2017

¹⁰ Anna Luiza Cravinhos Mesquita de Oliveira, Professora da rede municipal de Jundiáí escreveu o livro “Oh Terra Querida Jundiáí” no ano de para atender demandas de conteúdo para a Disciplina de Estudos Sociais, entretanto a obra, que se tornou a principal fonte de pesquisa para o trabalho docente na cidade, priorizou a construção da cidade de forma eurocentrada.

entre final dos Seiscentos e início dos Setecentos” (MORALES apud Jundiaí, 2002, p. 49).

Ao se interrogar sobre as noções de Identidade, não se reconhecer gera uma série de marginalizações, uma delas é o não acesso aos bens culturais da cidade pela sensação de não pertencimento. No entanto a Historiografia recente demonstra esforço para a utilização de diferentes fontes para considerar outras experiências, e escrever a História dos até então excluídos. Assim como afirma Leggoff : “A crítica da noção de fato histórico tem, provocado o reconhecimento de "realidades" históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores” (p.11). Portanto, para compreender os processos históricos de forma menos excludentes, é necessário compreender os processos que resultam de múltiplas vivências, incluindo os grupos minoritários (mulheres, negros, crianças e etc.).

Reforçando gênero e raça como elementos constituintes priorizados nesta pesquisa, é no corpo, lugar invariável de construção das Identidades, que acontece as primeiras identificações e consequentemente as estranhezas. Como afirma Louro:

Na tradição dualista, que se mantém e se multiplica em inúmeras polaridades, natureza e cultura estão separadas; o corpo, localizado no âmbito da natureza, é negado na instância da cultura. Na concepção de muitos, o corpo é "dado" ao nascer; ele é um legado que carrega "naturalmente" certas características, que traz uma determinada forma, que possui algumas "marcas" distintivas. Para outros, no entanto, é impossível separar as duas dimensões. Nessa perspectiva, o corpo não é "dado", mas sim produzido - cultural e discursivamente - e, nesse processo, ele adquire as "marcas" da cultura, tornando-se distinto. (LOURO, 2000)

O corpo deve ser o primeiro a ser medido e moldado, e este molde pode ser concebido dentro do conceito de Estética, enquanto um conjunto de requisitos coletivos, sensíveis e subjetivos que determinam algo enquanto belo (SODRÉ, 2015). Assim a estética, como culto ao que é belo está diretamente ligado a construção da Identidade, através da padronização dos corpos, sobretudo o corpo feminino (FLORES, 2007), com a ampliação e popularização dos meios de comunicação, a padronização passou ser cada vez mais globalizada, sendo os concursos de beleza uma grande vitrine do corpo feminino. Salienta Novais: “Em uma sociedade imagética, em que o sujeito é definido por sua aparência, não há como desconsiderar o sofrimento psíquico decorrente de todas

as regulações sociais que incidem sobre o corpo- sobretudo o feminino”. (NOVAIS, 2011, p.477).

O concurso Miss Brasil corrobora a ideia de vivemos em uma sociedade não só imagética e machista, mas também racistas, já que em 58 edições apenas três candidatas negras foram escolhidas como vencedoras (Deise Nunes 1986 Raissa Santana 2016 e Monalysa Alcantara 2017)¹¹. Desse modo, estudar concursos de beleza e a falta de mulheres negras em muitos deles é pensar nas representações feitas sobre o corpo e estética da mulher negra ou mestiça” (GIACOMONI, 2006 apud in QUADRADO)

Diante dessa questão é importante compreender os mecanismos de coisificação e negação do corpo negro no Brasil.

Destonalizando a pele Brasileira

O Brasil teve sua população constituída majoritariamente a partir da tríade: dos povos indígenas, de brancos europeus (portugueses em sua maioria) e os negros africanos, entretanto, até a abolição o corpo negro foi coisificado, reduzido apenas a força de trabalho sem cidadania. Contudo, com a abolição e a República, tornou se necessário conceber uma identidade nacional, na qual o corpo negro era indesejável, portanto deveria ser marginalizado. (FREYRE, 1986)

Diante desta necessidade diversos intelectuais desse período voltaram suas obras para abordar a questão da mestiçagem como causa para o declínio do cidadão brasileiro, e ao mesmo tempo, a possibilidade de se retornar ao mais próximo da raça pura. Com o extermínio das populações indígenas, a demanda era branquear esta população proveniente dos africanos escravizados, já que os discursos colocavam estes como oriundos de uma subcultura.

Valendo-se do discurso médico higienista, que partia de uma concepção eugenista, políticas de branqueamento se tornaram o plano de fundo ideológico para a estigmatização do corpo negro. Entre estas políticas está o incentivo a imigração

¹¹ Informações disponíveis em: << https://pt.wikipedia.org/wiki/Miss_Brasil>> Acesso em 14 de janeiro de 2018.

europeia¹², que segundo esses pensadores¹³, poderia através dos casamentos inter-raciais branquear a população brasileira em algumas décadas, pois para os intelectuais que defendiam esta visão, os negros e negras eram “incapazes de interiorizar sentimentos civilizados sem que antes as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem, quer por seu exemplo moralizador, quer pelos cruzamentos inter-raciais” (AZEVEDO, 2004, p. 54). Como destaca Munanga:

“...a elite “pensante” do País tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças a ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado, e, por outro, garantir o comando do País ao segmento branco...” (MUNANGA, 2008, p.75)

Estigmatizar o corpo negro foi justificada pelo discurso médico, como o corpo que não condiz com o padrão de beleza, em a “Cura para Fealdade” Renato Kehl. O cabelo crespo se tornou cabelo ruim e os traços como nariz achatado e lábios volumosos foram preteridos. Assim a população negra, que apesar de suas organizações como Jornais e Clubes beneficentes e recreativos, não possuíam uma unidade nacional, no sentido de pertencimento a uma identidade, e a falta aos meios de ascensão social, devido a recusa no mercado de trabalho, sentiu a necessidade de tornar sua imagem o mais próximo possível do padrão branco, pois como afirma Santos (2016):

Ler os traços negros como “ruins” e “feios” é um tentáculo do racismo e da desigualdade social que recai sobre esses sujeitos. Por isso, disfarçar essas características (com técnicas para afinar o nariz e lábios com maquiagem, alisar o cabelo com química ou ainda usar cremes para o clareamento da pele) pode significar a introjeção e tentativa do negro de sair desse lugar subalterno. (SANTOS, 2016, p.7)

Já que, coligado às políticas de branqueamento, os discursos sobre a mestiçagem do povo brasileiro, presentes nas obras de Gilberto Freyre (1986), reforçam essa negação de identidades. Segundo Lélia Gonzales (1988) o racismo tende a se apresentar de duas

¹² O governo Brasileiro subsidiou a imigração europeia. PETRI, Kátia Cristina et al. Mandem vir seus parentes: a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo (1886-1894). **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**, 2010.

¹³ Renato Kehl e Belisário Pena são exemplos de intelectuais que apoiavam a eugenia no Brasil. MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 11 (jul. 1999), p. 121-143**, 1999

formas: aberto e disfarçado. O racismo aberto, frequente nos países anglo-saxões e em suas (ex)colônias. Já nos latinos, como é no caso do Brasil o racismo se apresenta de forma disfarçada com o discurso da Democracia Racial. Conforme Nogueira (1999):

Se o negro, de um lado, é herdeiro desse passado histórico que se presentifica na memória social, e que se atualiza no preconceito racial, vive, por outro lado, numa sociedade cujas auto-representações denegam esse mesmo racismo, camuflando, assim, um problema social que produz efeitos sobre o negro, afetando sua própria possibilidade de se constituir como indivíduo no social; assim, não se discute o racismo que, na condição de um fantasma, ronda a existência dos negros (p.42)

Não discutir o racismo e a seleção de uma história oficial é o mesmo que negação de diferentes identidades para as gerações posteriores. Pois as culturas da diáspora africana “sofreram e continuam sofrendo investidas para que silenciem, desfaçam-se, desapareçam, visando sua integração a margens do domínio da cultura eurocentrada, integrando-se de formas subalternas.” (Da Silva, 2016 p.370). De modo que o papel da mestiçagem mostra-se como recurso de negação da resistência de sua ancestralidade. *Moreno* e *mulata*, são adjetivos de colonização, para falsamente amenizar os significados do que é ser negro, de modo que, a miscigenação justifica a lógica racista imposta pelo embranquecimento, consolidando uma hierarquia cromática que permanece até a atualidade, pois quanto mais próximo ao cabelo liso e mais fino fossem os traços, menor é a incidência de práticas racistas direcionadas a este sujeito.

Porém transcendendo a herança iluminista de identidade fixa, encerrada em verdades homogeneizadoras das diferenças, a perspectiva identitária da pós-modernidade traz a discussão à dimensão das relações dos sujeitos com a cultura, rompendo com essencialismos unificadores das identidades e seus binarismos. Sendo assim, os estereótipos que atribuem inferioridade e suprimem as diferenças culturais dos outros, enfraquecem. Afirma Silva (2000, p. 96):

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja de natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de

produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Segundo Stuart Hall (2006), o sujeito pós moderno está suscetível a construção e reconstrução de sua identidade, ou melhor de suas identidades. O processo de globalização engendra mutabilidade, onde o sujeito do iluminismo de identidade fixa e inata cede espaço para o sujeito moderno racional, que diante de diferentes influências, é “superado” pelo sujeito pós moderno, que é construído através da descentralização dos elementos identitários.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o Movimento Negro, em sua pluralidade se apresenta nessa contramão da identidade que elimina o diferente, e passa a reconstruir novas identidades também valorizadas. Um dos meios de se colocar de outra forma nas relações de poder, é o confronto que pode se apresentar no campo do enfrentamento, ou de forma capilar.

Nessa lógica, é no corpo que está preservado as narrativas de suas memórias, e sua valorização se apresentou e ainda se apresenta como elemento fundamental para se esquivar do poder dominante. O movimento *Black Power*, a partir da década de 1950, utilizou o cabelo crespo como um dos símbolos de resistência e questionamento das estruturas. No Brasil, o movimento *Black Power* foi mais amplamente difundido durante a Ditadura Militar, também como uma das frentes de oposição política, mas também dentro dos bailes *Black* em São Paulo, nos bailes *Charmes* no Rio de Janeiro com o encrespamento do cabelo. No estado da Bahia, os blocos afros Ilê Aye e Ijexá, também se valeram de recursos estéticos com os blocos afros na Bahia que além dos cabelos, estabeleciam também nas vestimentas um novo olhar para o belo. (ALLBERTI e PEREIRA, 2005)

Mulher e Negra

Transando identidades: feminismo interseccional

“Você já foi excluído de uma conversa, mesmo com o que você teria a dizer seria muito mais inteligente que as pessoas que estavam ali?”

Você já foi confundido com a pessoa deveria servir na festa enquanto era o convidado?

Você já foi desprezado pelo sexo oposto mesmo sabendo que era mais interessante que a pessoa escolhida por ele?

Poderia ficar perguntando, questionando por horas, dias ou quem sabe meses.

Essa é a realidade que enfrento todos os dias.

Morando em uma cidade do interior de São Paulo as coisas só pioram. Por aqui a cor de pele é atributo essencial para frequentar determinados lugares ou conseguir um emprego de acordo com suas qualificações.

Há momentos que não é fácil levantar da cama e pensar: - O que terei que enfrentar hoje? e pelo simples fato da minha cor da pele não ser o que a MINORIA considera a mais adequada.

E as vezes que fui parada pela polícia então?

Essas nem contei.

Olhar no espelho e ver beleza é difícil sabe?

Atualmente o empoderamento é assunto corriqueiro em todos os veículos que possuem voz (comunicação) e na época em que eu era criança? Até disfarçar o tamanho da boca eu precisava para não ser chamada de beicuda.

Conheço pessoas que deixaram de estudar simplesmente por não aguentarem serem chamadas de feia, macaca, cabelo de bombрил, e apesar da tristeza e sequelas na alma isso não era considerada bullying, ou melhor, bullying não existia.

Fique super feliz quando alcancei meus objetivos: Ser professora. Passei em um concurso. E qual foi a minha primeira preocupação? Será que serei aceita em sala de aula por conta da minha cor.

Algumas pessoas chamam isso de vitimismo. Eu chamo de consequência.

Do mesmo jeito que uma criança no Iraque cresce com uma arma em punho, preparado para ser um homem bomba a qualquer momento, nós, mulheres negras, fomos educadas para acreditar que a única coisa em nós que realmente interessa é o corpão violão, estudar pra que se somos excelentes cozinheiras, eu que sou alta então? Modelo? JAMAIS. Jogadora de basquete.

Como sentir a auto estima elevada se você nasceu para se achar inferior. É claro que a gente cresce e amadurece e nos tornamos adultos melhores, aprende a superar traumas e encarar os desafios.

Atualmente em cada situação de preconceito que participo me fortaleço de verdade. Me sinto livre. Sem amarras. Hoje posso ser eu mesma, pouco me importando com o que os outros pensam ou acham.

Mas isso é só um pedaço da batalha. Porque temos uma guerra ainda acontecendo em todos os lugares.

Enquanto as pessoas continuarem dizendo que acham lindo cabelo como o meu, que gostam de pessoas da minha cor, que a melhor amiga era como eu, teremos uma visão clara de como e onde o racismo age.

Já estou feliz por não estar mais sozinha.

Por enquanto isso me basta.

(Rosângela, Professora) (Comunicação Pessoal¹⁴)

¹⁴ Entrevista concedida através de comunicação escrita via e-mail, por Rosângela em Novembro de 2017.

Essa é a transcrição da fala de Rosangela, 44 anos, professora da rede municipal de Jundiá, mãe de Juliana de 24 anos e avó de Lara de 3 anos, uma das mulheres convidadas a falar sobre sua experiência diante da seguinte questão: O que é ser uma mulher negra em Jundiá? Neste relato é possível destacar vários temas recorrentes nos estudos sobre a mulher negra no Brasil, como por exemplo a solidão, o silenciamento, a baixa estima do corpo negro e a importância da representatividade e da sororidade entre as mulheres negras. Temas que são recorrentes em outros trabalhos com temáticas similares.

O feminismo em sua origem acadêmica inicialmente compreendeu a categoria mulher de forma homogênea, ou seja, trata as questões das relações entre homem e mulher deixando a margem de outras variáveis (BAIRROS, 1995).

E dessa forma o primeiro e o segundo momento do feminismo acadêmico foram marcados pelo discurso da mulher branca que reivindicava o direito ao voto, a entrada no mercado de trabalho, o empoderamento de seu próprio corpo, a entrada no contexto acadêmico, mas em contrapartida desconsiderava que as mulheres de classes subalternas apresentavam outras demandas, como por exemplo, as mulheres negras. Novamente usando o conceito de poder enquanto difuso, em todas as relações outras categorias devem ser consideradas. Já que o discurso hegemônico da sociedade ocidental não foi constituído apenas pelo homem, mas sim pelo Homem, branco, cristão, ocidental com poder econômico.

Dentro do próprio feminismo passou a existir o questionamento sobre quais mulheres são representadas, quais são as questões de maior importância, quais são as vozes que reverberam e quais são encobertas, o que origina novas vertentes que consideram outras variáveis demarcando o que pode ser considerado um terceiro momento da teoria feminista. Bairros (1995) destaca duas dessas vertentes, a primeira o feminismo socialista, com base na teoria Marxista faz a intersecção da categoria gênero com raça e classe social, mas apresenta algumas limitações por não conseguir se desprender dos paradigmas econômicos; a segunda é o Feminismo que intersecciona a experiência de opressão sexista concebida dentro de uma matriz que associa em diferentes pontos as relações de gênero, raça e classe social, analisando a questão de dominação. De tal modo que a:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. (CRENSHAW, 2002 p. 177)

Portanto o ponto de vista do Feminismo Negro (Interseccional) tem uma dupla tarefa: discutir as relações de gênero dentro de uma lógica racista. É possível entender essa dupla tarefa através de um paralelo com a crítica à Joel Rufino feita por Sueli Carneiro (1995), Rufino traz à tona a objetificação da mulher branca e negra, sendo um bem de consumo que gera status para homem, entretanto a branca é posta como um artigo de luxo capaz até de representar e assegurar a ascensão do homem negro, que através desse apossamento se vinga da sua condição ao tomar a mulher do seu opressor, enquanto a mulher negra é ainda mais depreciada, além de objeto é um artigo barato.

Dentro dessa objetificação e desvalorização, os discursos eugênicos atribuíram para as mulheres negras, dois estereótipos o da Mãe Preta, serviçal que serve aos brancos e é responsável por prover o sustento e a ordem de sua família, e o da Mulata, que ao conservar alguns traços brancos e a sexualidade da raça negra apresentava se como atrativo sexual para o homem, sobretudo o homem Branco. (HALL, 2016)

Para enfrentar essa dupla questão, mulheres negras resistiram através do Feminismo interseccional/negro e, até mesmo, desestabilizaram a hegemonia do ideal masculino branco, fazendo esse cruzamento entre gênero e raça. Bairos (1995) ainda expõe o que Patrícia Hills Collins destaca como fundamentos do Feminismo Negro:

“1) o legado de uma história de luta 2) a natureza interligada de raça gênero e classe 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle 4) a atuação como mães professoras e líderes comunitárias 5) e a política sexual” (COLLINS, apud BAIROS, 1995 p.462)

É importante compreender que o Feminismo Negro considera o conhecimento acadêmico, mas também o conhecimento produzido por mulheres em seus cotidianos como mãe, professora, líder comunitária, musicistas, atrizes e etc. Esse movimento ganha vigor com a criação, em 1982, do Grupo de mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN), tendo entre suas lideranças Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento. A partir da década de

1980, a imagem hipersexualizada da Mulata ou a da mãe preta já não eram mais satisfatória para representatividade das Mulheres Negras. Dandara e Luiza Mahin passam a ser figuras entre as representações mais valorizadas deste grupo, criando novas possibilidades de identificação. (QUADRADO, 2013)

Essas novas possibilidades de identificação, despertaram também a importância da valorização do corpo Negro, para a construção de novas identidades. Nos últimos anos, o movimento Feminista Negro, tem entre suas pautas a ressignificação das estéticas negras como recurso, ou melhor, como um dos pontos primordiais para posições sociais mais igualitárias. Portanto o movimento “negro e feminino, tem como um de seus preceitos a visibilidade; o reconhecimento da necessidade de políticas públicas; contra a violência simbólica da branquidão, inclusive sobre o padrão estético, entre outros aspectos” (QUADRADO, 2015 p. 8) já que o autoreconhecimento e a autossatisfação, empodera o corpo como local de múltiplos discursos para esculpir história, memória, identidade e cultura.

Deste modo a pretensão é analisar, através da ampliação deste referencial teórico e do diálogo com os relatos orais das pessoas envolvidas no Concurso Pérola Negra, (Clube 28) e da análise de fotografias, como diante da intersecção entre raça e gênero, possibilita buscar elementos para uma inversão da questão da objetificação do corpo feminino nos concursos de beleza como o Miss Brasil, e para um mecanismo de autoafirmação dentro dos Clubes Negros nos Concursos de Beleza Negra, por desconstruir padrões.

Para a construção de novas identidades, nos últimos anos, os movimentos Feministas Negros, tem entre suas pautas a ressignificação das estéticas negras como recurso, ou melhor, como um dos pontos primordiais para posições sociais mais igualitárias. Voltando a concepção de que corpo é um local de memória ancestral. O corpo negro é dotado de memórias, usar o cabelo pro alto, com tranças, respeitar seus cachos é também cuidar do Ori (cabeça), é respeitar a ancestralidade, sua espiritualidade, seus sentimentos e sua razão.

Discussão bibliográfica e metodológica:

“Ser negro hoje em Jundiaí e no país se tornou menos dolorido o que não significa fácil, existem ícones negros na política, no esporte, na educação, na moda, enfim eles estão presentes em toda parte, demonstrando o quão eficientes são e incentivando a valorização da raça.

Apesar da crescente gama de negros e pardos aumentando a economia do país pouco se diminui o preconceito que é presente e constante em todas as áreas. Para que o negro consiga “um lugar ao sol” é necessário que seja duas vezes melhor que seu concorrente branco, e no caso da mulher negra a afirmação é ainda mais preocupante, porque além dela ter que vencer o preconceito de ser mulher negra ela ainda tem que lutar contra seu adversário homem negro, o homem branco e a mulher branca, ou seja ela tem que ser três vezes melhor pra conseguir se realizar, o preconceito está tão **enraizado** nas pessoas que elas ofendem os negros achando que está sendo educada, por inúmeras vezes ouvi dizer: *"Nossa você é moreninha mas é tão bonita."* ...Primeiro eu não sou moreninha, sou da raça negra e da cor preta, as pessoas tem medo dessa afirmação e tratar o negro no termo pejorativo (moreninha) dá a errada sensação de “Não Preconceito”, de gentileza e pelo contrário só afirma o quanto as pessoas são desinformadas, sentimento preconceituoso esse que se afirma ainda mais quando a pessoa completa: moreninha, **mas** bonita ou seja o negro não é bonito...Sou negra assumida e consciente de família humilde como a maioria dos negros brasileiros, sempre estudei tenho ensino superior e faço pós graduação, já participei de alguns concursos de beleza a quase vinte anos atrás, sempre fui absurdamente elogiada, aplaudida, admirada, fotografada mas nunca ganhei os concursos, atribuo isso a um padrão nacional de beleza que para a época estava muito aquém de ser o meu, devido a um simples detalhe: a cor, ainda hoje ser negro não dá ibope, um concurso em Jundiaí com mulheres somente negras, chama a atenção de um público muito pequeno, investidores quase nulos e patrocinadores desinteressados, evento esse que movimenta muito pouco a economia da cidade, não chamando a atenção de idealizadores.

Concursos de beleza regional de toda etnia move uma economia maior e um maior número de interessados, porém sem sombras de dúvidas deixa a mulher negra em desvantagem, pois tudo: beleza, simpatia, comunicação serão analisados após o item cor, então a concorrência já se inicia desleal.

Quanto a formação somente citei porque infelizmente não é a maioria dos negros que estudam e por conta disso com sua falta de informação quanto a sua raça, sua cor, sua força, sua beleza, seu poder e sua história acabam compactuando com o alarmante número de desconstrução da identidade e ataques preconceituosos.

O mercado da beleza hoje é crescente, existem cremes para a pele, para o cabelo, maquiagens e tudo de mais sofisticado para a mulher negra, isso mexe com vaidade e conseqüentemente a auto estima da mesma.

Enfim, ser mulher e ser negra é uma combinação difícil de lidar, mas o mercado está cada vez mais colorido e aberto a raça negra que é

uma promessa de sucesso e rendimentos.” (Luciana, 40 anos, gestora de eventos) (comunicação verbal)¹⁵

Trabalhar com as falas das mulheres negras é romper com silêncios, que segregam, inferiorizam e escondem suas experiências. O tratamento de fontes orais exige uma forma diferente de análise, pois trata da capacidade humana de rememorar acontecimentos dos quais participaram. Pois, segundo Alberti:

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989: 4).

É necessário também compreender que as memórias relatadas, não são isentas, pois trazem a visão atual de acontecimentos passados, e que emergem as memórias individuais e coletivas e que estas se cruzam em muitos momentos. (BURKE,1990)

Assim como propõe Portelli (1997), a história oral apresenta uma multiplicidade de pontos de vista, mas que apresenta caráter parcial e que toma partido em suas afirmações. Neste sentido a utilização das fontes orais, colabora para a intenção de se evidenciar os discursos das mulheres negras jundiaenses que subverteram os padrões de beleza dentro de um cenário tão europeizado, diante de uma análise que desde já não se pretende imparcialidade dxs entrevistadxs.

Ao iniciar as entrevistas, com mulheres Jundiaenses que se auto determinam como negras, foram encontradas algumas dificuldades, a primeira estava justamente, na autodeterminação, foi comum ouvir das entrevistadas frases como “eu descobri que era negra a muito pouco tempo”, outro ponto de cruzamento nos relatos foi a de que “mas o que eu vou falar? Ninguém nunca quer nos ouvir”. Essas duas falas iniciais que aos poucos vão se desfragmentando nos relatos, traz a reflexão do quanto suas falas são suprimidas no cotidiano, assim como o auto reconhecimento como mulher negra, vem se consolidando em quanto um processo, apoiado nas reflexões propostas pelo feminismo interseccional das últimas décadas.

¹⁵ Entrevista concedida em dezembro de 2017.

Em todos os relatos, ainda que não estivesse explícita a questão do sentir-se belo, foi um ponto convergente e deixa explícito a necessidade de ações em torno deste mote. Segundo o organizador do concurso:

Sempre houve dificuldade (em encontrar candidatas para o concurso), pois até hoje ainda há uma timidez da mulher negra quando se trata de mostrar sua beleza, além do mais, ainda lhes faltam referências na mídia e no mercado de trabalho como televisão, por exemplo, isso também dificultava e muito a captação de patrocínio, pois o mercado até pouco tempo não via a mulher negra como consumidora. (Jorge Reis Comunicação verbal)

Compreende-se que para trabalhar as experiências de mulheres negras, a estética é sempre um ponto marcante. Considerando que reafirmar o corpo negro enquanto belo é empoderar, pela estética, e influi em outros campos como o mercado consumidor.

Na fala de Luciana, podemos compreender outro aspecto dos processos de valorização das estéticas negras, no qual é necessário retomar outros campos, como por exemplo o acesso a cargos com rendas mais altas no mercado de trabalho, que proporcionou o aumento de pessoas negras na classe média e consequentemente o poder compra. Consequentemente coagiu o mercado de cosméticos femininos, pois os negros encontram uma “igualdade” a cidadania através do consumo, já que, durante muito tempo, os afrodescendentes não apresentavam essa possibilidade (SANSONE, 2000, apud SANTOS 2016).

Com o poder aquisitivo maior, o produto passou a ter outro valor agregado: o do autoreconhecimento. Assim o mercado cedeu reivindicações e denúncias das organizações do Movimento Negro, para satisfazer essa importante parcela dos consumidores. (STROZENBERG, 2007 apud SANTOS,2016) Esse é um exemplo que como ao marcar a identidade torna os espaços mais democráticos, inclusive do âmbito econômico.

No entanto nos últimos anos, é possível notar diferentes formas de compreender o corpo negro. Como é o caso da Estudante Samantha, que demonstra que ao se auto reconhecer como mulher negra pode, simultaneamente, gerar a compreensão e valorização do próprio corpo.

[...] “Olha, eu ainda estou em processo de me compreender. É a tal da desconstrução. De me olhar, me conhecer pelo meu olhar, não pelo olhar dos outros. A sociedade, mesmo agora, com essa ideia de não ter “padrão” tem padrão. Na novela não tem a mais preta. Na revista não tem capa com a mais gorda. Eu sou preta, gorda, e cresci na periferia... (se podemos chamar assim). Sobre o preta, apesar de ouvir que sou “clara” que “você não é tão negra assim” eu sei que sou negra. Mas eu não me via assim. Nossa, que desabafo rs Hoje eu me sinto bonita, porque resolvi assumir meu cabelo. Aprendi a me maquiar, a me vestir e vi que isso, faz diferença em como os outros me veem. Minha mãe é negra, e meu pai é branco... Eu sou a mulata. Mais não me vejo mais assim. Gosto hoje de falar que sou negra” (Samantha, 29 anos, estudante de Recursos Humanos) (Informação Verbal)¹⁶

Além das Fontes Orais, a utilização das fontes iconográficas que podem ser compreendidos como Gênero documental constituído por imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras, também requer especificidade em sua análise. Inicialmente é necessário ter claro que fotografias não são fragmentos da realidade isentos de um ponto de vista. O fotógrafo é um autor de uma imagem. A Imagem enquanto fonte histórica também não deve ser tratada apenas como ilustração de texto, como afirma Meneses (2003):

Com efeito, a História continua a privilegiar ainda hoje, a despeito da ocorrência de casos em contrário, a função da imagem com a qual ela penetrou suas fronteiras no final do século atrasado. É o uso como ilustração. Certamente, de início, a ilustração agia com direção fortemente ideológica, mas não é menos considerável seu peso negativo, quando o papel que ela desempenha é o de mera confirmação muda de conhecimento produzido a partir de outras fontes ou, o que é pior, de simples indução estética em reforço ao texto, ambientando afetivamente aquilo que de fato contaria. Caso “criar clima” tiver que ser a função única ou primordial da imagem, para o historiador, é melhor alocá-la de vez numa História meteorológica. (MENESES, 2003)

É possível encontrar na Internet registros fotográficos de algumas das edições mais recentes do Concurso Miss Pérola Negra. E ao acompanhar os registros fotográficos ao longo do concurso, é notável a problemática da estética entre as mulheres negras também não assume uma tendência constante. Em determinados momentos se valorizou

¹⁶ Entrevista concedida pessoalmente, por Samantha em Novembro de 2017

os cabelos alisados, revelando a premissa incrustada no imaginário brasileiro da necessidade de se parecer o mais próximo do branco possível. No escrito autobiográfico *Alisando nosso Cabelo*, Bell Hooks (2005), traz o alisamento do cabelo como um ritual de passagem para a vida adulta, onde as tranças são substituídas pelos cabelos lisos. Pode-se subentender através dos relatos da norte americana Bell Hooks (2005), que mesmo que quando criança não houvesse essa consciência da necessidade de embranquecimento, o alisar o cabelo, de forma intrínseca carregava essa conotação, o “arrumar” o cabelo era indispensável para a aceitação.



Figura 1 Candidatas ao concurso Miss pérola Negra, no Clube 28 de Setembro. 1972¹⁷

O concurso, através da análise de fotografias, nos anos 2000 observa-se uma nova tendência da valorização dos cabelos naturais.

¹⁷ Imagem retirada da página << <http://cultura.jundiai.sp.gov.br/programas/patrimonio-historico/patrimonio-imaterial/clube-beneficente-cultural-e-recreativo-jundiaiense-28-de-setembro/>



Figura 2 Concurso Miss Perola Negra 2010¹⁸

A estética corporal, também inclui as vestimentas e acessórios que remetem a uma cultura, já que “A roupa é um meio de auto exibição, mas também se relaciona diretamente à ocultação/revelação a respeito das biografias pessoais — liga as convenções a aspectos básicos da identidade” (GIDDENS, 2002, p. 63). Estilistas como Goya Lopes e Julia Vidal que voltaram suas criações para o mercado da moda (roupas e acessórios) afro-brasileira, que está em ascensão, resgatam a narrativa de diversas histórias através das cores, dos modelos, dos tecidos em outras palavras buscam transmitir valores identitários. (HARGER, 2016)

Ao analisar o acervo fotográfico do concurso Miss Pérola Negra do período 2010 à 2015, nota-se que além dos cachos e tranças, outras características remetem as culturas africanas como é o caso do desfile, em que as concorrentes trajam vestidos com estampas de padrões africanos, além de notar a presença do turbante, peça que retoma a ideia de coroa.

¹⁸ Imagem retirada da página Galeria Miss pérola Negra: Disponível em: << <https://www.clube28desetembro.com.br/galeria-da-miss.php>>>



Figura 1 Desfile de trajes com estampas Miss Perola Negra 2013¹⁹



Figura 2 Desfile de trajes com estampas Miss Perola Negra 2013²⁰

¹⁹ Imagem retirada da página Galeria Miss pérola Negra: Disponível em: << <https://www.clube28desetembro.com.br/galeria-da-miss.php>>>

²⁰ Imagem retirada da página Galeria Miss pérola Negra: Disponível em: << <https://www.clube28desetembro.com.br/galeria-da-miss.php>>>



Figura 3 Utilização de Turbantes, Miss Pérola Negra 2013²¹

Dentro da premiação do concurso e dentro da ideia de ação afirmativa, uma das preocupações dos organizadores era ceder bolsas de estudos, para o ensino superior das candidatas, como afirma Jorge Reis “Quanto a escolaridade, um dos trabalhos do grupo era conseguir bolsas de estudos para as candidatas como prêmio o que posso afirmar, possibilitou que muitas delas se formassem no ensino superior”. (Comunicação Verbal)

É possível então verificar avanços do feminismo interseccional, através de diferentes formas de resistência, incluindo a valorização das estéticas corporais, que vem garantido a inserção de mulheres negras em espaços até então vetados à elas, de forma conectada. A garantia do acesso a estes espaços (mídias, meio acadêmico, mercado consumidor, mercado de trabalho), gera representatividade e consequentemente emancipação para (re)construção identitária.

Considerações acerca do desenvolvimento da pesquisa:

²¹ Imagem retirada da página Galeria Miss pérola Negra: Disponível em: << <https://www.clube28desetembro.com.br/galeria-da-miss.php>>>

Dessa forma esse trabalho utilizará fontes orais de mulheres negras e jundiaenses em diálogo com os estudos culturais para discutir o conceito de identidade. Para isso será utilizado os trabalhos com base nos Estudos Culturais, ampliando as discussões a partir dos textos de Stuart Hall, em discussão com o mesmo conceito desenvolvido nos trabalhos de Zygmunt Bauman, além de contribuições dos brasileiros Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Ainda sobre a identidade da mulher negra em Jundiaí, será estendido o conceito de Lugar de Fala através da discussão do trabalho de Djamila Ribeiro.

Essas entrevistas também irão dialogar com os trabalhos de Lilia Schwarcz e Lélia Gonzales e Kabengele Munanga para desenvolver de forma aprofundada a construção da identidade nacional em contraste com a marginalização do corpo negro e suas formas de resistências aportado pelos estudos de Domingues sobre associações e clubes Negras, e Salvadori para maior compreensão das mudanças e permanências nos regimentos Clube 28 de setembro, dentro da cidade de Jundiaí.

A partir da síntese dessa reflexão, irá fornecer subsídios para a conjecturar sobre necessidades de ações afirmativas e as questões corporais que envolvem reconhecimento e resignificação estética para a (re)construção de Identidade considerando Gênero e Identidade. Assim será construída pelas entrevistas de participantes e organizadores do concurso aportados pelo referencial teórico produzido por autoras do Feminismo interseccional. Destacando a preocupação da utilização de autoras Negras, entre elas, Bell Hooks, Djamila Ribeiro, Giovana Xavier, Sueli Carneiro, Lélia Gonzáles e Luiza Bairros

Esta pesquisa ainda está em estágio de levantamento de fontes, principalmente no que se refere as fotografias, referentes ao concurso, estão em processo de liberação dentro do Centro de Memórias da cidade de Jundiaí, já que este material está passando por processo de catalogação e digitalização, sendo restrito o acesso.

Parte das entrevistas, presentes neste projeto, foram utilizadas para identificar pontos convergentes nas diversas experiências, iniciaram-se também as entrevistas com as organizadoras de diferentes edições do concurso, afim de se obter dados e até mesmo o acesso a outras fontes que revelem dados mais sólidos em relação ao número correto de edições, regulamentos, patrocinadores, fichas de inscrição, número de participantes. Assim como entrevistas com outras participantes do concurso.

Destarte ainda há muito o que se explorar neste tema, principalmente com o objetivo de ajudar a escrever uma história díspar da história oficial das cidades. Há que se ouvir novas narrativas afim de se conhecer realidades não exploradas e para colaborar na produção de materiais para o fortalecimento de diferentes identidades para as próximas gerações, incluindo possibilidades de estudos para a sala de aula.

É válido ressaltar que atualmente muitas militantes Negras, aumentaram a produção acadêmica, justificada também pela ampliação do acesso aos espaços acadêmicos, contudo a internet se tornou um ambiente rico para compreensão de múltiplas questões propostas pelo Feminismo interseccional, no qual blogueiras e vlogueiras usam o espaço cibernético para repercutir questões de identidade, incluindo a ressignificação estética, como forma de romper o silenciamento imposto. Sendo esta também possível fonte para o trabalho.

Este é um esboço preliminar do que se pretende com esta pesquisa e quais serão os meios de trabalho com as fontes que serão ampliadas com o decorrer.

Referências

- ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. Revista Estudos Feministas. vol 3. n 2. Rio de Janeiro, 1995. P.458-463
- BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAMOLEZE, Jean Marcel Caum. Memória coletiva e patrimônio histórico: dimensões da legislação municipal em Jundiaí-SP. 2017..
- CARNEIRO, S. Gênero, Raça e ascensão social. Revista Estudos Feministas. vol 3. n 2. Rio de Janeiro, 1995. P.544-552
- CÔRTEZ, Giovana Xavier Da Conceição. Domando os fios e civilizando os corpos: a construção da beleza afro-americana em alguns jornais e revistas negros de Chicago no pós-abolição (1918-1922). 2011.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007.
- FOUCAULT, Michel et al. Verdade e poder. Microfísica do poder, v. 8, p. 1-14, 1979.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Univ of California Press, 1986.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós- modernidade. DP& A editoras: Rio de Janeiro: 2006.
- HALL, Stuart. Cultura e representação. PUC-Rio, 2016.
- _____, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HARGER, Patricia Helena Campestrini. O Segmento de Moda Afro-Brasileira: conceitos, estruturas e narrativas. **ModaPalavra e-Periódico**, v. 9, n. 18, p. 096-120, 2016.
- HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Revista Gazeta de Cuba–Unión de Escritores y Artista de Cuba, 2005.
- HOOKS, B. Intelectuais Negras. Revista Estudos Feministas, V.3, nº 2 , 1995, p.454-478.
- JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Índios e africanos na Jundiaí colonial. Jundiaí:SMPMA/PMJ, 2002
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. Educação e Realidade. Vol 25(2) jul/dez
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Rev. Bras. Hist. [online]. 2003, vol.23, n.45 [cited 2016-11-12], pp.11-36. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-0188. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>.
- MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado. Índios e Africanos no interior paulista: um estudo sobre a transição do cativo indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiaí, SP, no século XVIII. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 18, p. 115-131, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NOVAIS, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. IN: DELPIORE, Mary Del; AMANTINO, Márcia (org.). História do corpo no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

QUADRADO, B. F. . Estética e Política: a relação da mulher negra em um concurso de Miss Mulata na desconstrução do racismo. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Estética e Política: a relação da mulher negra em um concurso de Miss Mulata na desconstrução do racismo, 2015.

SALVADORI, Maria Angela Borges Clubes negros, associativismo e história da educação. Revista Educação E Fronteiras On-Line, v. 3, p. 94-107, 2013.

SANTOS, Tássio da Silva. "“Tem minha cor?”: Breve estudo sobre raça e o mercado brasileiro de maquiagem1."

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000

DA SILVA, Celia Regina Reis. Beleza negra, orgulho crespo: no corpo (des) constrói-se a (in) diferença, o estigma. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767, v. 56, 2016.

SILVA E SILVA, Tainan Et Al. O Colorismo E Suas Bases Históricas Discriminatórias. Direito Unifacs–Debate Virtual, N. 201, 2017.